

ATA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE 31 DE OUTUBRO 2019

Nº 2 /2019

PRESIDENTE: José Manuel Gonçalves.

VEREADORES PRESENTES: Agostinho Gonçalves Alves da Santa, Eduardo José de Sousa Cardoso, Eduardo Jorge Ribeiro Pinto, Maria José Fernandes Lacerda, Maria do Céu Ribeiro Ramos, e Bruno Miguel Botelho Gonçalves.

SECRETARIOU: José Daniel Meireles Almeida Lopes, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

HORA DE ABERTURA: 9.30 horas.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

240-PLANO & ORÇAMENTO 2020

A Câmara deliberou por maioria com quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e três abstenções dos Vereadores do PS, concordar com o documento apresentado.

Mais deliberou enviar o documento para aprovação à Assembleia Municipal.

Foram presentes as seguintes declarações de voto.

Declaração de voto dos Vereadores do PS:

A vereação do Partido Socialista (PS) tem, desde a primeira hora, tido uma postura de crítica construtiva ao atual executivo, apoiando em tudo o que é necessário para que se tomem medidas em prol do desenvolvimento do concelho de Peso da Régua. Somos da opinião que a verdadeira oposição acrescenta ideias, tem iniciativa, corrige/melhora propostas, apresenta soluções e, nesse sentido, nunca iremos votar contra só porque sim, só porque é costume.

É por isso com agrado que verificamos que durante o ano de 2019 ocorreram algumas iniciativas, que tínhamos elencado na declaração de voto do ano anterior, como sendo essenciais, como por exemplo, a realização da primeira edição do Douro Wine Fest que trouxe uma nova dinâmica e projeção à região marcadamente vinícola. Existem ainda algumas iniciativas, que apesar dos atrasos, estão projetadas e prevê-se que se venham a realizar em breve, como é o caso da reabilitação da Av^a. Dr. Manuel de Arriaga, reabilitação do Mercado Municipal e reabilitação das Caldas do Moledo, embora continuemos a pensar que há muito que estas obras deveriam ter sido feitas.

Estamos certos que a atual situação financeira da Câmara condiciona muito a ação deste executivo, inibindo a realização de obras e iniciativas que são essenciais para o concelho.

Assentes nos anteriores pressupostos e indo mais longe, não queremos perder a oportunidade, em fase de discussão do Plano e Orçamento para 2020, deixarmos uma análise serena e abrangente do que pensamos das propostas apresentadas, traduzindo nesta “declaração de voto” o essencial do nosso pensamento.

Temos para nós como certo que estes documentos gestionários, designadamente o Plano, pela importante componente política que encerra, deixam perceber que, um ano mais, continuam enredados de alguma forma em rotinização, mantendo um elenco de medidas mais ou menos avulsas, mais ou menos desligadas, ainda que se aceite que, em substância, com um outro trabalho de arrumação e interligação, podiam ter uma leitura diferente, mais consistente e coerente.

Em consequência, a primeira grande fragilidade deste Plano radica em não se assumir como um plano eminentemente estratégico, que responda a um pensamento também estratégico, que crie integração e homogeneidade criativa nas medidas propostas, funcionalizadas a esse pensamento condutor, para que possa responder a questões como: para onde se vai ou se quer ir; com que fundamento; o que é que é essencial ou instrumental; que constrangimentos; que definição de prioridades... Falta a este Plano e Orçamento criatividade e arrojo.

Perdeu-se uma oportunidade de ouro de dar mais um passo para aproximar a atividade executiva municipal dos munícipes, não aproveitando o mecanismo do “Orçamento Participativo”. Se a experiência anterior pode ter deixado registos de alguma fragilidade e inoperância, estava na hora de enveredar para um nível, porventura mais elevado e profícuo, de abrir espaços de discussão prévia presencial ou através das redes sociais sobre algumas das áreas fundamentais da governação, colhendo ideias dos munícipes individualmente considerados ou a partir das suas associações/organizações, auscultando os seus anseios e necessidades. Faltou que este Plano e Orçamento fosse, efetivamente, participado.

Indo um pouco mais fundo no que respeita a algumas das áreas previstas, deixa-se registo de algumas reflexões, quase ao correr do pensamento, que o Plano induz:

- No que respeita ao “Desenvolvimento Local”, parece imprescindível que a ação camarária tenha na devida conta o aproveitamento criativo do facto de querermos impor a Régua como Cidade do Vinho para além deste ano de 2019, em que a aposta na realização da Feira do Vinho, como dissemos, foi marcante. Neste aspeto, estamos com tudo o que, no Plano, deixa perceber essa linha estratégica.

Ainda nesta vertente, continua a notar-se a ausência de um pensamento desenvolvimentista para o espaço rural, criando coesão territorial e hipótese de revigoração das nossas freguesias, aldeias e lugares, desde logo, investindo, urgentemente, na rede viária, como tecido fino que facilite a ligação de todo o concelho, como espaço amplo, único, coeso.

- Quanto à “Cultura”, continuando a apelar, essencialmente, à integração das realizações propostas e ao estabelecimento de parcerias, numa lógica tão estratégica quanto possível, chama-se a atenção para a necessidade de reforçar o papel do “Teatrinho”, como espaço a explorar e a rentabilizar.

- No que respeita ao “Urbanismo”, concorda-se que uma intervenção de peso no “Peso” faz sentido, que a Zona Empresarial no Vale do Rodo pode ser uma solução, sobretudo aproveitando para abrir uma ligação à saída da A24, criando a tão debatida circular externa à cidade, que a Ecopista do Corgo pode criar um impacto relevante, que a participação na reabilitação das Caldas do Moledo pode catapultar a cidade e o concelho para um nível urbanístico diferente.

Nota-se, por outro lado, a respeito de Urbanismo, a ausência de medidas estruturantes que minimizem ou eliminem barreiras arquitetónicas e situações discriminatórias.

- Relativamente à rubrica “Ambiente”, aplaudindo tudo o que se prevê, deixa-se a ideia de que deviam estar já a ser dados passos mais significativos para se poder fazer da Régua uma cidade ambientalmente sustentada, percebendo-se que política integrada se defende, mas, sobretudo, “uma cidade inteligente”, com tudo o que isso implica.

- No que toca à “Coesão Social”, apoia-se a atenção reforçada ao idoso, seja através da criação de uma Comissão de Apoio ao Idoso ou à emissão do Cartão Municipal do Idoso, aplaude-se um olhar interventivo e humanizante quanto aos bairros sociais.

Entende-se, no entanto, que essa atenção pode não chegar, pretendendo-se que o Plano tenha um maior enfoque nos séniores e nos jovens, reforçando apostas, mas procurando intervenções num outro nível superior.

- A leitura que se fez do Plano, nas vertentes da “Educação/Formação”, da “Juventude e Empreendedorismo”, do “Desporto”, da “Segurança e Proteção”, da “Inserção Social” deixa a comum ideia de que nada se vai inovar, que tudo acontecerá em continuidade rotineira, prevendo-se mais do mesmo, quando o que se pedia, como já atrás dissemos, seria criatividade e arrojo também nestas áreas, em colaboração com o tecido económico, social e cultural da comunidade reguense.

- Ficaríamos mais confortáveis se no Plano e Orçamento em discussão aparecessem, de forma consistente, coerente e eficaz, medidas concretas que possam motivar e incentivar a criação de emprego e a fixação de habitantes.

- Era bom que o Plano fosse claro na assunção de uma política de combate a todas as formas de discriminação, com destaque para a desigualdade de género, para o acolhimento de imigrantes, para a deficiência e a extrema pobreza.

- Também nos confortaria de uma outra forma mais reforçada se o Plano se tivesse preocupado com o cenário organizativo e funcional que o fenómeno da transferência de competências do Estado para a nossa autarquia vai pedir, parecendo-nos que a antecipação dos naturais impactos fazia todo o sentido.

- Para completar estas reflexões, temos que dizer que, não deixando de manifestar o nosso desencanto por não ter sido ainda possível dar os passos decisivos, pelo menos em termos de resultados palpáveis, no que a essas realidades diz respeito, durante os dois anos deste mandato executivo, queremos dar o benefício da dúvida de que será em 2020 que, reafirmando as apostas que temos por imprescindíveis, vão ser uma realidade alguns dos anseios maiores

dos reguenses. Falamos, por exemplo, do Hospital D. Luís I, das Caldas do Moledo, da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, do Mercado Municipal.

Para terminar, assentes em tudo o que se deixou escrito, pode dizer-se que, se calhar, o mais simples e mais confortável para os vereadores do PS seria votar contra este “Plano e Orçamento 2020”, descomprometendo-nos da execução de um instrumento de gestão política financeiramente suportado.

Não queremos ir por aí: sem nos despirmos do nosso espírito crítico, visível, segundo pensamos, nas reflexões que aqui expressamos, e que indiciam que apresentaríamos o Plano de outra forma, assente noutros pressupostos e com objetivos certamente diferentes, não queremos deixar de estar comprometidos na assunção de medidas que entendemos fundamentais para o desenvolvimento do concelho do Peso da Régua, procurando a melhoria de propostas e apoiando tudo o que vier por bem para o município e os munícipes.

Assim, queremos que o nosso voto seja, ao mesmo tempo, um voto de conforto, um voto de incentivo, um voto comprometido e exigente.

Queremos um voto que traduza tudo isto, na sequência de tudo o que dissemos: por um lado, a compreensão de que os instrumentos de gestão que nos apresentam podiam ser mais fundados em pensamento, mais integrados e integradores, mais diferenciadores, mais arrojados estrategicamente; por outro lado, a expressão do nosso desejo de que se avance, de que, na sua concretização, se possa melhorar e ir mais longe, dando o benefício da dúvida e o benefício da crença de que a Câmara quererá fazer o melhor possível e fazer deste ano de 2020 aquele em que realizações e anseios essenciais possam ter concretização efetiva. Por tudo isto, como se disse, por comprometimento, por conforto, por incentivo, por exigência, o nosso voto será o de abstenção.

Declaração de voto dos Vereadores do PSD:

“O Plano e Orçamento para o ano 2020 representa uma visão que temos para o concelho e que assenta numa análise do nosso contexto regional, territorial e social.

O que fomos, o que somos e o que seremos? É, na nossa opinião, a matriz que nos deve nortear numa visão e num planeamento estratégico para o nosso concelho.

Fomos, desde sempre, um importante polo regional de comércio de bens e serviços, assente na fileira da vinha e do vinho.

Hoje, mantendo a matriz que sempre nos definiu, verificamos uma transformação que se ajusta a uma nova realidade, a novas oportunidades e a novos desafios.

Somos um concelho que, em função das suas características e especificidades geográficas, territoriais e históricas, se apresenta perante a região como um polo aglutinador de um conjunto de dinâmicas económicas, sociais e turísticas, importantíssimas para a região e para o País.

Queremos ser um concelho que, fruto da enorme transformação que o território tem sofrido nos últimos 20 anos, está a preparar-se para dar resposta aos desafios e oportunidades que estão a surgir no território.

Queremos ser um concelho focado na permanente melhoria da qualidade de vida de quem cá habita e/ou trabalha.

Queremos ser um concelho com estratégias claras e objetivas, com vista à coesão social e territorial.

Queremos ser um concelho atrativo e competitivo para o investimento e criação de postos de trabalho, tendo como referência as áreas onde o concelho tem vantagens comparativas referentes a outros.

O nosso concelho sofre, como a generalidade dos territórios do interior, problemas de desertificação, um drama generalizado, que é acentuado pelo desequilíbrio entre a procura e a oferta de trabalho no território. Se existem áreas onde as ofertas de trabalho são diminutas, outras há, que não vão de encontro, nem às expectativas, nem ao tipo de formação adquirida.

Assim, o Plano e Orçamento para 2020 pretende:

Continuar a melhoria da qualidade de vida dentro do concelho, potenciando e dinamizando os equipamentos desportivos, culturais e recreativos que possuímos e que são verdadeiros casos de sucesso, como o auditório municipal, as piscinas municipais, entre outros.

A educação continuará a fazer parte das nossas referências estratégicas, com o plano de promoção do sucesso escolar, generalização da natação em todas as escolas do concelho e um conjunto de vastos programas que realizamos, em parceria com o agrupamento de escolas. Pretendemos manter a estratégia definida, desde o primeiro dia do nosso mandato, de potenciar e promover a economia local, assente na fileira do vinho e da vinha, desde a continuidade da feira- Douro Wine City- com reforço da presença do setor ligado à distribuição e comercialização, promoção em feiras nacionais e internacionais, assim como a permanente capacitação dos nossos agentes do setor.

2020 será, finalmente, o ano em que veremos concluído todo o processo administrativo e organizacional das Caldas do Moledo, esperamos, pois, que este espaço recupere a dinâmica do passado na oferta de tratamentos tradicionais, assim como tratamentos de SPA e lazer.

Também o nosso mercado municipal iniciará a primeira fase das obras de requalificação dotando o espaço de uma atratividade comercial e turística cada vez mais procurada.

Estamos em fase de conclusão do plano estratégico para habitação, elemento fundamental para podermos criar uma estratégia transversal a todas as necessidades de oferta habitacional no concelho, nomeadamente o acesso ao 1.º direito, assim como o investimento na requalificação dos nossos bairros sociais ao nível da eficiência energética, com um investimento previsto de dois milhões de euros.

Continuaremos a aposta na melhoria das nossas redes de água e saneamento, no âmbito da nova empresa que integramos e que irá possibilitar um investimento de 4,5 milhões de euros no nosso concelho.

Na área da saúde, cada vez mais fundamental para a qualidade de vida do nosso território, iniciaremos finalmente o projeto de requalificação do nosso hospital, dotando-o de um conjunto de valências claramente vocacionadas para a resposta à nossa população, com uma unidade de convalescença com 30 camas, duas unidades de saúde familiar e uma unidade de consulta

complementar urgente, a funcionar 24 horas, com meios complementares diagnósticos de raio X e análises clínicas.

As Juntas de Freguesias e as associações culturais, desportivas, sociais e juvenis do concelho continuarão a ser os parceiros fundamentais, numa dinâmica conjunta, potenciando recursos e meios.

Juntos pela nossa terra, juntos por Peso da Régua”.

241-PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO,
COM A CÂMARA MUNICIPAL
DE MESÃO FRIO SOBRE O COMPLEXO DOS TERRENOS
DAS CALDAS DO MOLEDO

Discutido os princípios funcionais do complexo dos terrenos das Caldas do Moledo, e tomado conhecimento de todos os procedimentos já efetuados, a Câmara deliberou por unanimidade que o assunto volte a uma próxima reunião de câmara.

242-PRINCIPIOS FUNCIONAIS
DA REMODELAÇÃO E REABILITAÇÃO DO
HOSPITAL D. LUIS I

Discutido os princípios funcionais da remodelação e reabilitação do Hospital D. Luís, e tomado conhecimento de todos os procedimentos já efetuados, a Câmara deliberou por unanimidade que o assunto volte a uma próxima reunião de câmara.

Todas as deliberações foram aprovadas em minuta.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião eram onze horas, da qual se lavrou a presente ata que foi por mim subscrita e vai ser devidamente assinada.